

**UEM**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA EDUCACIONAL – TURMA IV**

**VALDINEY MARQUES DE OLIVEIRA**

**O *JORNAL IMPRENSA EVANGÉLICA* E O PROCESSO EDUCATIVO  
NO SÉCULO XIX (1864-1892)**

**VALDINEY MARQUES DE OLIVEIRA**

**MARINGÁ  
2013**

**2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA EDUCACIONAL – TURMA IV**

**O *JORNAL IMPRENSA EVANGÉLICA* E O PROCESSO EDUCATIVO  
NO SÉCULO XIX (1864-1892)**

**VALDINEY MARQUES DE OLIVEIRA**

**MARINGÁ  
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA EDUCACIONAL – TURMA IV**

**O *JORNAL IMPRENSA EVANGÉLICA* E O PROCESSO EDUCATIVO NO  
SÉCULO XIX (1864-1892)**

Monografia apresentada por VALDINEY MARQUES DE OLIVEIRA, ao Departamento de Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Especialista em Pesquisa Educacional.

Orientador:  
Prof. Me. ALESSANDRO SANTOS DA ROCHA

MARINGÁ  
2013

VALDINEY MARQUES DE OLIVEIRA

**O JORNAL IMPRENSA EVANGÉLICA E O PROCESSO EDUCATIVO NO  
SÉCULO XIX (1864-1892)**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Me. Alessandro Santos da Rocha (Orientador) – UEM

Profa. Ma. Maria Simone Jacomini Novak – Unespar/Fafipa

Prof. Me. João Paulo Pereira Coelho – UEM

23 de Agosto de 2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

Oliveira, Valdiney Marques de

O48j O Jornal Imprensa Evangélica e o processo educativo no século XIX(1864-1892) / Valdiney Marques de Oliveira. -- Maringá, 2013.

47 f. : il., figs.

Orientador: Prof. Me. Alessandro Santos da Rocha.

Monografia (Especialização) - Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Fundamentos da Educação, Especialização em Pesquisa Educacional, 2013.

1. Educação - Imprensa - Religião. 2. Imprensa religiosa - Século XIX. 3. Imprensa - Mudanças sociais - Século XIX. 4. O Jornal Imprensa Evangélica - Educação religiosa - Século XIX. I. Rocha, Alesandro Santos da, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Fundamentos da Educação. Especialização em Pesquisa Educacional. III. Título.

CDD 21.ed. 372.84

ZSS-1190

Dedico este trabalho à Maria, esposa e  
incentivadora.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Me. Alessandro Santos da Rocha pelo criterioso trabalho de orientação, fornecimento de fonte, incentivo e apoio;

Aos membros da banca examinadora, Professora Ma. Maria Simone Jacomini Novak – Unespar/Fafipa e Professor Me. João Paulo Pereira Coelho – UEM, por dedicarem-se à leitura, atenção à apresentação e importantíssimas observações que servirão de referenciais para a vida e futuras produções científicas;

Ao corpo docente do Curso de Pós-graduação em Pesquisa Educacional da UEM, pela contribuição na formação;

Aos amigos de curso que tanto contribuíram nos grupos, nas pesquisas e na calorosa receptividade, destacando-se Leandro Cesar Silva;

Deus, razão de minha existência e gratidão sem fim.

*“[...] o jornal burguês ou cala, ou deturpa, ou falsifica para enganar, iludir e manter na ignorância o público trabalhador”.*

*GRAMSCI*

OLIVEIRA, Valdiney Marques. **O JORNAL IMPRENSA EVANGÉLICA E O PROCESSO EDUCATIVO NO SÉCULO XIX (1864-1892)**. 47f . Monografia (Especialização em Pesquisa Educacional – Turma IV) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Me. Alessandro Santos da Rocha. Maringá, 2013.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar o conteúdo educativo da imprensa protestante no *Jornal Imprensa Evangélica* entre os anos de 1864-1892. A partir do referido periódico foi possível reconstruir a história da implantação do protestantismo no Brasil no Século XIX. A pesquisa, de caráter bibliográfico, utilizou autores que tratam da história de imprensa no Brasil, estudiosos da História da Educação, de maneira especial, as abordagens que tratam sobre a imprensa geral, nacional e religiosa. A partir de tais informações empreendeu-se a análise de textos do jornal em questão, visando verificar a disseminação da ideologia predominante, de classe social e religiosa, bem como uma aliada a outra, dando ao protestantismo a condição de se implantar definitivamente no Brasil no Século XIX. O *Jornal Imprensa Evangélica* era um órgão oficial da Igreja Presbiteriana e circulou no Brasil disseminando a doutrina protestante, questionando a religião católica romana e favorecendo as mudanças sociais, e ou usufruindo de tais mudanças, transmitindo a ideia de que o protestantismo estava aliado com a nobreza e com a cultura.

**Palavras-chave:** Imprensa e educação. Imprensa Religiosa. Século XIX. Mudanças Sociais.

OLIVEIRA, Valdiney Marques. **EVANGELICAL PRESS NEWSPAPER AND EDUCATIONAL PROCESS IN THE NINETEENTH CENTURY (1864-1892)**. 47f. Monograph (Specialization in Educational Research - Class IV) – University of Maringá. SciVerse: Prof. Me. Alessandro Santos da Rocha. Maringá, 2013.

### **ABSTRACT**

This study aimed to analyze the educational content of the Protestant press in the Evangelical Press Newspaper between the years 1864-1892. From the referred periodic journal was possible to reconstruct the history of implantation of Protestantism in Brazil in the nineteenth century. The research, bibliographical, used writers who deal the history of the press in Brazil, scholars of the history of education, especially the approaches that deal with the general press, national and religious. From such information was undertaken to analyze texts of the newspaper in question, to check the spread of the prevailing ideology, social class and religion, as well as an ally to another, giving the condition to Protestantism to deploy definitely in Brazil nineteenth century. The Evangelical Press Newspaper was an official organ of the Presbyterian Church and circulated in Brazil spreading the Protestant doctrine, questioning the Roman Catholic religion and promoting social change, and enjoying these changes, conveying the idea that Protestantism was allied with the nobility and with culture.

**Key words:** Press and education. Religious Press. Nineteenth Century. Social Change.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	10
2. IMPRENSA RELIGIOSA.....	15
2.1. Imprensa no Brasil .....	16
2.2. Religião no Brasil.....	17
3. JORNAIS RELIGIOSOS E EDUCAÇÃO.....	23
3.1. Literatura católica oitocentista.....	23
3.2. Literatura protestante no século XIX.....	24
4. O <i>JORNAL IMPRENSA EVANGÉLICA</i> .....	27
4.1. Nas páginas do <i>Jornal Imprensa Evangélica</i> .....	31
5. CONCLUSÃO .....	41
REFERÊNCIAS .....	43
ANEXOS.....	46

## 1. INTRODUÇÃO

Esta monografia foi desenvolvida durante o curso de Especialização em Pesquisa Educacional na Universidade Estadual de Maringá. O objeto pesquisado foi um órgão de comunicação que não possui como base a educação, no caso o *Jornal Imprensa Evangélica* (1864-1892), mas estava permeado de conceitos políticos, sociais e educacionais neste contexto. Embora o *Jornal Imprensa Evangélica* não fosse um veículo de comunicação da educação oficial, seu conteúdo foi altamente educador, discutindo as mudanças ocorridas no mundo da política, da economia e da religião e instigando novas mentalidades.

A imprensa no Brasil oitocentista era um palco de intenso debate político. Por isso ao estudar o *Jornal Imprensa Evangélica* do ponto de vista de pesquisa educacional, foi proposto usar o jornal como ponto de partida para a (re) construção da história do período, não apenas da publicação dos jornais, mas das pessoas envolvidas e do público alvo. Foi necessário criar nas pessoas interesse pela informação, o que era papel do jornal, dando a elas uma nova ideia da religião, ligando o catolicismo ao atraso e miséria e o protestantismo a nobreza e ao avanço.

A educação formal estava reservada para a elite e as massas dominadas não tinham pleno domínio da leitura, assim ao pesquisar imprensa e educação entende-se que a notícia demorava em ser veiculada. A demora favorecia interesses dominantes. Inclusive porque a classe leitora fazia parte da elite e somente divulgava o que interessava a ela.

A Imprensa no Brasil chega junto com a mudança da família real em 1808, data marcada como oficial, embora o *Jornal O Correio Brasiliense* já circulasse de forma clandestina, mesmo não sendo impresso no Brasil, foi um jornal brasileiro que segundo autores estudados no corpo deste trabalho, apontam que ele tenha exercido uma atuação dupla: a de fiscalizar como observadora da história e a de impulsionar como protagonista da mesma. A relação da imprensa com os detentores do poder econômico foi estreita, mas seu papel educacional não se limitou no domínio econômico, a mesma transmitiu o pensamento dos diversos grupos, na imprensa oficial e paralela, dos partidos políticos e da influência da opinião pública,

assim, o jornal questionava, assistia, difundia e era usado para o momento que era decisivo no presente e para o futuro da nação.

A família real chegando ao Brasil facilitou a abertura dos portos para negociar com outras nações, abriu definitivamente as portas para a vinda de protestantes, os quais eram importantes para a economia do país, e a religião oficial teve que ceder. A colonização, até então, poderia ser entendida como sendo um negócio entre a coroa portuguesa e a Igreja Católica, a partir de então outras disseminações religiosas encontraram a possibilidade de adentrar num território que sempre foi dominado. Os protestantes aproveitaram o momento para se implantar no país, depois de outras tentativas frustradas.

A implantação do protestantismo no Brasil foi um ato político e econômico, atrelado às mesmas circunstâncias ocorridas em outros lugares do Mundo, tais como na Inglaterra, Suíça e na Alemanha, bem como nos Estados Unidos. O catolicismo passou a ser identificado como uma religião atrasada, enquanto o protestantismo protagonista do avanço e prosperidade.

A educação no protestantismo é defendida como parte de sua ética, está atrelada a questão das literaturas doutrinárias próprias, livretos da escola bíblica, a bíblia e os hinários congregacionais. Junto com as primeiras igrejas protestantes, quase sempre havia uma escola, e a visão protestante facilitou a implantação da indústria, do modernismo e de infraestrutura em relação aos países católicos pelo incentivo a educação das massas, enquanto a Igreja Católica educava as elites.

No caso do "*Jornal Imprensa Evangélica*", sua função educativa no século XIX era religiosa, enquanto disseminava doutrinas protestantes, lançava em dúvida os dogmas católicos, mostrando o pensamento protestante e ao mesmo tempo, político social, apontando um mundo em transformações, onde o melhor seria o que está por vir, em face do que está posto. Sua ideologia era importada, não mais de Portugal ou de Roma, mas dos Estados Unidos e da Europa protestante como Inglaterra, Suíça e Alemanha, com as origens dos missionários e da reforma protestante calvinista de Genebra.

A implantação do protestantismo no Brasil em transição foi facilitada, uma vez que houve duas outras tentativas frustradas anteriormente. No século XIX a abertura dos portos para o Mundo, os imigrantes protestantes entraram no Brasil e tiveram seus direitos de culto garantido pela Constituição de 1824 e os estrangeiros

permanentes protestantes foram tolerados até a primeira República em 1890, embora não pudessem construir templos, o culto nos lares era permitido.

A partir da bibliografia abordada neste trabalho foi possível observar que protestantismo pode ter contribuído numa visão de progresso para o Brasil, assim como as mudanças ocorridas no cenário brasileiro também podem ter contribuído para o desenvolvimento do protestantismo brasileiro. A elite não foi atraída para a religião protestante, mas viu em seu trabalho uma forma de se beneficiar na manipulação das massas. Por outro lado, o homem simples ganhou espaços de manifestação dentro de uma associação de pessoas com o protestantismo, que na catolicidade não teria.

Em outras palavras, a religião protestante aproveitou o momento da crise para se implantar no Brasil. O catolicismo perdia espaços e o protestantismo ganhava espaços, o que de acordo com as estatísticas continua ocorrendo no século XXI.

Religião e educação são inseparáveis na história do Brasil. A partir das leituras feitas para a confecção desse trabalho, foi possível identificar os acontecimentos políticos sociais ocorridos até a primeira república, tais como as mudanças ideológicas, sociais, econômicas e a implantação da religião protestante a partir do *Jornal Imprensa Evangélica* que foi fundado e circulado neste período. Vale ressaltar que, existe vasta pesquisa na área de imprensa e educação, religião e educação e por querer conhecer um pouco mais sobre a imprensa protestante e seu papel na educação da sociedade brasileira do século XIX, é que foi proposto realizar o presente trabalho.

A escolha desta pesquisa na área de religião ocorreu por conta de a religião ser notória na História do Brasil e da Educação, aliado ao fato de que o pesquisador possui formação na área de educação e teologia, bem como a escolha do orientador se dar por motivo de identificação com a linha de pesquisa do mesmo, ser entre outras vertentes, a religião.

A questão do estudo da educação veiculada pelo *Jornal Imprensa Evangélica* no período foi de suma importância, pois nele foi possível entender a trama histórica, o pensamento religioso, social, econômico e os interesses em jogo. Pretendeu-se fazer uma leitura apurada dos exemplares disponíveis na Hemeroteca Digital Nacional, desde sua fundação até sua última edição. O jornal deixou de publicar novas edições, mas sua memória continua viva por marcar o período de profundas transformações em nossa Nação, de Império para República. A importância da

veiculação do processo educativo neste jornal se apresenta bastante interessante na formulação do presente trabalho, justificando assim, pelo texto elencado acima e os autores que versam sobre o assunto, um estudo relevante para a ciência no processo de história de educação e religião.

A religião no Brasil perdeu o status de oficial, mas as brigas por espaços políticos continuam no cenário da Nação. No século XIX a Religião Católica Romana era a religião oficial do Brasil e o protestantismo procurava seu espaço para firmar-se. Posteriormente o país tornou-se laico, a religião perdeu seu status de oficial e as lutas por poder não acabaram. O país continuou católico, mesmo que o protestantismo possa ter contribuído para mudanças sociais, ideológicas e econômicas.

O estudo do tema foi pertinente. O fato de pesquisar imprensa, política e História da Educação no Brasil, obrigatoriamente se deparará com a questão da religião. No século XIX, o protestantismo lutava para se implantar no Brasil e o cenário brasileiro era de questionamentos econômicos, sociais e da religião oficial do país que era o catolicismo.

A pesquisa, de cunho bibliográfica, apresenta o resultado levantado a partir do periódico chamado *Jornal Imprensa Evangélica* (1864-1892). A ideologia educacional disseminada em suas publicações, o contexto histórico, econômico e social no Brasil no período supracitado, bem como a relevância de suas publicações e objetivos alcançados ou não, quanto ao êxito da religião, da mudança ideológica concernente à religião no período e as contribuições recebidas e deixadas pelo protestantismo no Brasil. O trabalho apresenta 3 capítulos assim distribuídos: 1 – Imprensa Religiosa. 2 – Jornais Religiosos e Educação. 3 – O *Jornal Imprensa Evangélica*.

O capítulo intitulado, Imprensa Religiosa discute a chegada da imprensa no Brasil e como a mesma possibilitou a criação de jornais e revistas temáticos, como o *Jornal Imprensa Evangélica*. O seguinte capítulo, intitulado, Jornais Religiosos e Educação aborda o fato de que a educação, embora não seja o assunto principal dos jornais religiosos, os mesmos estão permeados de conceitos educacionais, de intencionalidade, de ideologias socioeducacionais. O último capítulo, intitulado, O *Jornal Imprensa Evangélica*, analisa o próprio assunto tema da monografia, trazendo informações diretamente das suas páginas, mostrando suas edições e o quanto de educação é apresentado nele, naquele momento histórico, identificando os

pensamentos religiosos atrelados ao poder político, onde se é possível ver a religião oficial, a Igreja Católica Apostólica Romana e o protestantismo tentando se implantar no território brasileiro.

## 2. IMPRENSA RELIGIOSA

Dada a importância da imprensa, a religião que estava atrelada ao poder político e social não poderia deixar de utilizar-se dela para informar os acontecimentos no campo religioso, político, econômico, social e criar expectativas na opinião pública e disseminar suas ideias. No caso das primeiras igrejas protestantes, a difusão e por parte da religião oficial, a contenção. A imprensa protestante dedicou-se de início aos panfletos para propagar suas ideias. A relação do protestantismo com a imprensa se intensificou tanto a ponto de criar um abismo entre estes e os católicos (VASCONCELOS, 2011, p. 1).

A Igreja Católica, do século XIX, contava com sua hegemonia e a imprensa para difusão de seus dogmas se fazia desnecessária até então. Com o fim do Império e a separação da Igreja e Estado em 1890, a Igreja Católica reúne bispos para criar e investir em uma imprensa católica, a que chamaram de “boa imprensa” para combater a imprensa protestante, e secular a que eles chamaram de “imprensa ímpia” (GONÇALVES, 2006).

O nome imprensa má ou ímpia encontra destaque no pontificado de Leão XIII como se pode constatar na citação seguinte:

Uma reação mais efetiva vai ser assumida no pontificado de Leão XIII. Serão ações de caráter prático, com capacidade de interferir diretamente na sociedade, amparado em um rigoroso programa de controle, condenação e contra-ataque da imprensa, que a partir desse momento, para a Igreja, passa a ser considerada imprensa má ou ímpia (KLAUCK, 2011, p. 11).

De acordo com Klauck (2011, p 11) a “boa imprensa” cuidou de reafirmar a catolicidade que estava rachando pelos questionamentos disseminados pela “má imprensa” num país onde o capital entrava para “inovar”, o liberalismo e o naturalismo tomava conta, por outro lado o movimento dos trabalhadores coloca em pauta o socialismo de Marx e Engels, juntam-se a eles os anarquistas, maçonaria e colocam o clero em xeque. A imprensa propaga a ciência, o livre pensamento e manifestação deste, provocando assim a igreja católica para que entre em desespero frente à imprensa.

## 2.1. A Imprensa chega ao Brasil

A chegada da imprensa ao Brasil data o ano de 1808, mas há discussões quanto ao primeiro jornal de fato. A Imprensa Régia foi criada em 13 de maio de 1808 por D. João VI e os Jornais *Gazeta do Rio de Janeiro* iniciou sua circulação em 10 de setembro de 1808 e *Correio Braziliense* editado em Londres desde junho de 1808. Quanto ao conteúdo destes jornais, observa-se que o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, só publicava notícias favoráveis ao governo, enquanto *O Correio Braziliense* publicava política. Hipólito da Costa era exilado e seu jornal *O Correio Braziliense* foi criado para doutrinar politicamente e atacar o governo, criando assim uma expectativa e intenso desejo de transformações por parte de seus leitores (BARBOSA, 2010).

Hipólito da Costa tinha um papel pedagógico com seu jornal, muito mais que informativo, era educativo. Não se prestava a elogiar a família real e dar notícia de saúde e coisas do gênero do que se referia da vida dos príncipes, mas elevar o poder pensante do povo para que desejassem mudanças políticas e sociais. Entre tantos empenhados em traçar o caminho que deveria ser trilhado, sobressai a figura de Hipólito José da Costa, fundador daquele que é considerado o primeiro jornal brasileiro. Ele, como tantos outros de seu tempo, também atribuía à imprensa o papel de educadora dos homens e acreditava que a instrução pautada no conhecimento das ciências, naturais e política, lhes permitiria que alcançassem condições mais elevadas de vida, podendo influir de forma mais condizente com as exigências de uma sociedade que se pretendia progressista (PERIOTTO, 2004, p 4).

O papel “oficioso” do Jornal *O Correio Braziliense* era pedagógico como escrito pelo autor acima, muito mais que apenas informações e apologia ao governo como o Jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* fazia, pelo fato de ser oficial. Elevar o potencial pensante, educar o leitor a exigir algo diferente do que estava posto era o ideal não apologético do fundador do Jornal *O Correio Braziliense*, o exilado Hipólito José da Costa. Por ter essa característica libertária, é que *O Correio Braziliense* de fato é considerado o primeiro jornal brasileiro. Um jornal tendencioso como era a *Gazeta do Rio de Janeiro* não poderia ser instrumento de transformações como necessitava a sociedade naquele momento. As mudanças ocorridas no mundo

seriam ocultadas dos brasileiros se *O Correio Braziliense* não tivesse um papel educador, mais que informação, ele instigava mudanças.

## **2.2. Questões religiosa no Brasil Colônia e Imperial: alguns apontamentos**

O Brasil era colônia de Portugal, como tal, a religião lusitana foi parceira do colonizador. O projeto era que os índios fossem catequizados, os escravos proibidos de praticarem suas religiões e obrigados a reverenciar os santos católicos. Nem sempre isso ocorreu, ao contrário, muitos buscavam amparo nos bens e territórios da igreja. O território era de Portugal enquanto colônia e da igreja como dominação de um “negócio” conjunto. A igreja preparava pessoas mais dóceis, o que facilitava a exploração por parte dos nobres, embora essa não fosse à missão da igreja. O prestígio da igreja estava aliado a interesses da coroa e o interesse da igreja deveria ser mantido como favor ou ameaça de excomunhão. Com a chegada de imigrantes pelos portos abertos, um novo mandatário começa a mudar as regras por aqui, o capital. Quem faz, investe, compra e vende dá o ar de novos rumos. Este investimento vêm da Europa protestante e da América do Norte, tomando espaços, inserindo conceitos, formas de cultos e balançando as estruturas da igreja lusitana (SILVA, MARTINS, 2012).

Portugal trouxe para a colônia o domínio cultural, econômico e religioso. As minorias algumas vezes foram desconsideradas no Brasil e outros povos proibidos de entrarem e de permanecem aqui. Depois de 300 anos de catolicismo imposto pela cultura lusitana, a qual buscou dominar não só o território, mas extrair seus bens de consumo e criar consumidores que resolvessem a sua miséria, os tempos começaram a mudar. O Iluminismo nega o passado, questionando o período de dominação da coroa portuguesa e da religião oficial no Brasil. O poder exercido pela coroa portuguesa e pela igreja católica oprimia toda a manifestação de opinião, de arte, de cultura e de fé que não fosse a legalmente imposta. O que todo o “novo” para se estabelecer questiona o que está posto.

O Catolicismo lusitano estendeu-se para a Colônia do Brasil e criou uma concepção ideológico-teológica que sempre conflitou com

outras expressões religiosas que não fossem católicas romanas, de sorte que todo e qualquer outro grupo acatólico era visto como invasor, herético ou ainda como "corpo estranho". Foi justamente esta concepção que fez com que as tentativas de inserção do Protestantismo fossem frustradas nos séculos XVI e XVII. No século XVIII não houve a presença protestante na Colônia do Brasil, por causa do fechamento desta aos estrangeiros, mas a partir da influência iluminista do século XVIII a Colônia se abriu para as outras formas de pensamento e de culto. Com a transferência da corte portuguesa para a colônia do Brasil ocorreu uma "abertura necessária" para a convivência com outras expressões religiosas. Neste contexto de crise da Igreja Católica e avanço do liberalismo no Brasil é que o Protestantismo, no século XIX, se insere de forma definitiva. Na luta pelo espaço territorial e ideológico o Protestantismo e o Catolicismo irão relacionar-se de forma conflituosa. Os conflitos estenderam-se e desabam quando da instauração da República e consequente implantação do Estado laico, no qual a Igreja Católica perdeu o suporte estatal. O Protestantismo foi visto como vanguarda de progresso [...] (RIBEIRO, 1996, p 1).

A religião oficial parece ter perdido o poder com o debate sobre a laicidade da nação. O Brasil, em tese, não teve mais uma religião a partir da Proclamação da República em 1889 oficialmente. Como uma nação laica, no tocante a Lei, deve oferecer isonomia a todas as religiões, grupos e minorias. O que se pode observar é que o protestantismo entra para tentar tirar o poder da Igreja Católica, mas quer se firmar no poder de igual forma. Utiliza-se da fraqueza econômicas e por consequencia da debilidade da Igreja de Roma que, até então, estava na zona de conforto no país, para ocupar espaços definitivos. Pode-se observar que religião oficial, seja ela católica ou protestante, bem como de qualquer outra confissão, ocasionará os mesmos estragos para com a liberdade das minorias e para com a laicidade da nação. O Estado laico e a vida secular deveriam estar do outro lado de práticas religiosa e vice-versa. A nação não é desta ou daquela confissão, mas de todos. Embora o protestantismo colocado por Ribeiro (1996) seja benéfico ao progresso, se ele ocupar o lugar de oficial, será um regresso ao passado pelo período de domínio da igreja medieval.

Uma observação importante no cenário religioso do Brasil se encontra no período chamado na história da igreja como denominacionalismo – avanço das denominações, incluindo católicos e protestantes. O tempo de crescimento das denominações e da fidelidade denominacional nacionais. As denominações são frutos originários da reforma protestante ocorridos em lugares distintos. O Brasil é um país que deu abrigo a pessoas de todas as nações do mundo, os motivos foram

os mais diversos, desde econômicos, sociopolíticos até mesmo a questões ligadas a diplomacia a agenciamento missionário católico e protestante, oriundas das nações de onde as pessoas com representações e grupos de imigrantes se encontrara no Brasil. Missionários católicos e protestantes entraram no Brasil com o discurso de “salvar almas”, isso significava arrancar seus costumes e implantá-los na cultura europeia e americana, como se pode observar com referencia aos índios pela missão espanhola da Igreja Católica Apostólica Romana.

Se a intenção dos missionários estava certa (salvar almas), o conteúdo de sua mensagem estava errado. “Salvá-los” significava quase sempre “assimila-los ao cristianismo hispânico”. Um índio não poderia ser verdadeiramente salvo a não se que se vestisse, agisse e pensasse como um espanhol (CAIRNS, 1984, p. 304).

Como observado no tratamento dado aos índios por espanhóis, o mesmo autor fala de comportamentos idênticos oferecidos aos negros e índios por parte de missionários portugueses por parte da igreja católica e de missionários protestantes americanos. A implantação da ideologia cristã não atingia somente a religiosidade, mas a práticas cultural.

Os negros se tornaram católicos porque era a única forma de participar da sociedade colonial no Brasil. O catequizar era sinônimo de implantar a cultura da coroa portuguesa ou hispânica no catolicismo dominado pela coroa que censurava até as correspondências do papa com o clero, determinava o numero de missionários de acordo com os interesses de expansão da colônia e não da necessidade da missão. O efeito colateral não esperado foi que a igreja avançou mais que o estado. A igreja recebeu por parte do estado, dos senhores detentores do poder econômico que usavam as forças da igreja para “domar” os índios para o trabalho e depois escravizavam estes até matar em suas fazendas uma espécie de traição, o que fez com que os jesuítas fundassem as reduções para abrigar os índios e defende-los no território da igreja (CAIRNS, 1984).

O Brasil era território da coroa portuguesa e da Igreja Católica. Sua colonização foi obra conjunta, uma instituição sustentava e dependia da outra.

A “descoberta” e colonização do Brasil foi um empreendimento conjunto do Estado português e da Igreja Católica, no qual a coroa desempenhou o papel predominante. O Estado forneceu os navios, custeou as despesas, construiu as igrejas e pagou o clero, mas também teve o direito de nomear os bispos, recolher os dízimos,

aprovar documentos e interferir em quase todas as áreas da vida da igreja (GABATZ, 2011, p 2).

A política e a religião andavam juntas, uma procurando dominar a outra no jogo do poder. A Igreja pensando dominar o governo exigia deste, leis que a protegesse, bem como as suas doutrinas. Por outro lado, o governo mandava na igreja e decidia inclusive elementos que seria de competência exclusivo da igreja, como o caso de nomear bispos. Para por fim a hegemonia do Estado Português e da Igreja Romana era necessária uma intervenção política, não apenas religiosa. A mudança deveria acontecer em massa e na ideologia geral. Enquanto o Brasil era colônia, outros povos eram privados de entrar e negociar aqui, mas a abertura para o mundo liberta desta condição, e principia a entrada de outros povos, as suas religiões.

O Liberalismo Iluminista entra em cena e, com ele diminuiria o poder do governo e aumentaria o poder individual. A livre concorrência entra exatamente neste contexto, interessando aos proprietários de terras e escravos. Quando o Brasil deixou de ser colônia e se tornou Império (1822 a 1889) outros povos tiveram liberdade de entrar e permanecerem aqui, vindos de muitos lugares do mundo, inclusive da Europa protestante, abrindo-se então para a tolerância de outras formas de culto (GABATZ, 2011).

A tolerância religiosa pode ser verificado nos documentos oficiais do Brasil, que ao mesmo tempo se coloca como Religião/Império sem ignorar outras expressões religiosas, porém, como fora da lei e sem o poder público, numa terra “estranha”. Como pode ser observado na Constituição Política do Império do Brasil (25 de Março de 1824), nos artigos 5º. E 179:

[...] A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA E O ESTADO LAICO  
CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE  
MARÇO DE 1824) EM NOME DA SANTISSIMA TRINDADE. TITULO  
1º Do Imperio do Brazil, seu Territorio, Governo, Dynastia, e Religião.  
Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a  
Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com  
seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas,  
sem fóma alguma exterior do Templo. [...] Art 179 V. Ninguem póde  
ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do  
Estado, e não offenda a Moral Publica (BRASIL, 1824).

Como se pode verificar acima, as leis declaravam a religião oficial, Igreja Católica Apostólica Romana. O que explica as minorias se declararem católicas,

mesmo que tivessem outra forma de culto. Minorias podem ser consideradas todos os segmentos religiosos presentes no Brasil, mas suprimida pela maioria católica ou identificada como católica por ser a religião oficial. No século XIX e XX os espíritas, os budistas e os adeptos de religiões pequenas se identificavam como sendo católicos. Hoje, no século XXI, devido à liberdade de expressão e a laicidade do país, as religiões minoritárias estão aparecendo nas estatísticas do IBGE. Depois de três tentativas frustradas do protestantismo se implantar no Brasil, no século XIX, com a abertura aos outros povos, ocorre a lacuna e se implanta de forma definitiva. Dois séculos depois da presença do protestantismo no Brasil, observa-se que nas repartições públicas a Igreja Católica não deixou de ter hegemonia nas formas de simbologia e culto.

[...] as tentativas de inserção do Protestantismo fossem frustradas nos séculos XVI e XVII. No século XVIII não houve a presença protestante na Colônia do Brasil, por causa do fechamento desta aos estrangeiros, mas a partir da influência iluminista do século XVIII a Colônia se abriu para as outras formas de pensamento e de culto. Com a transferência da corte portuguesa para a colônia do Brasil ocorreu uma "abertura necessária" para a convivência com outras expressões religiosas. Neste contexto de crise da Igreja Católica e avanço do liberalismo no Brasil é que o Protestantismo, no século XIX, se insere de forma definitiva (RIBEIRO, 1996, p. 01).

Pode-se constatar que o protestantismo utiliza-se da lacuna deixada pelo governo e pela religião oficial para ocupar espaços, expandir-se e permanecer definitivamente em terras brasileiras. Mas os protestantes só teriam direitos garantidos no Brasil com a Proclamação da República em 1889, foram 67 anos de lutas por direitos negados aos protestantes com relação a casamento civil, batismo, uso de cemitérios e educação no império, no período que se estendeu desde a colonização até a chegada da Família Real em 1808, a partir do que iniciaram as imigrações protestantes oriundas da América e da Europa. Com a República, o Estado ganha nova força e a Igreja teve que renovar sua tradição, separando-se do Estado, quando o governo consagrou a separação da Igreja e do Estado em 1890, marcando a legalidade e liberdade de culto protestante e para todas as outras crenças minoritárias (GABATZ, 2011).

O protestantismo parece ter sido mais rígido com questões culturais em relação ao catolicismo, o que se chama ainda hoje de conservadorismo. O mesmo forçou a aceitação da cultura europeia e americana, desmerecendo expressões

culturais brasileiras e africanas, obrigando-os a substituírem suas crenças e rituais, por celebrações sem significado, em nome de uma fé importada. Uma análise a esse respeito e do ponto de vista sociológico é realizada por Alencar (2005) sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira, ao menos do ponto de vista positivo. Claro que houve contribuições educacionais, sociais e avanços individuais nas conquistas, como por exemplo, a educação da mulher, do pobre com a leitura da bíblia, com a formação dos corais, músicos e a própria escola bíblica que auxiliou na leitura e na escrita, bem como no raciocínio e visão de mundo. Mas a importação cultural trouxe prejuízos enormes às pessoas conquistadas pelas igrejas evangélicas que a tudo “demonizaram”, levando a conclusões de não haver contribuído positivamente pelo fato de desrespeitar a cultura individual dos povos encontrados aqui, tais como os indígenas e os africanos.

### 3. JORNAIS RELIGIOSOS E EDUCAÇÃO

Os jornais religiosos não têm por finalidade a educação, ou seja, não tratam de educação propriamente dita, mas estão permeados de ideologias educacionais. Pode ser observado na literatura religiosa o intuito de difundir doutrinas e dogmas, o que na maioria das vezes é realizado de maneira sutil, junto a informações e comentários dos acontecimentos sociais e de outros grupos religiosos. Quando se observa um jornal religioso, como também outros veículos de comunicação que não possuem a educação como foco, vale utilizar-se do que escreve Periotto (1986, p. 01), “[...] ao analisar um objeto tão aparentemente desvinculado daquilo que usualmente se entende por objeto da educação, demonstrar o quanto de educação ele comporta”. A literatura religiosa parece ter como princípio o proselitismo, que é a difusão de suas doutrinas entre aqueles que pertencem a outras religiões, ou a nenhuma e ocasionar conversões. Além, é claro, de transmitir informações gerais aos adeptos daquela religião e outros leitores.

#### 3.1 Literatura Católica Oitocentista

A literatura católica se mostra exuberante em imagens e cores, as quais fazem a difusão da sua doutrina conservadora, dos dogmas e tradições. Jornais<sup>1</sup> que circulavam em Uberaba-MG em 1892 a 1926, mostravam a igreja católica expondo suas ideias contra o liberalismo, assim como no movimento contra reforma no Século XVI, a “boa imprensa” no Século XIX (CARVALHO; GONÇALVES NETO, 2006).

Os mesmos autores expõem a ideia de que a Igreja Católica não precisava se preocupar em veicular propaganda e nem mesmo sua doutrina, pois estas eram difundidas na prática geral. A Igreja Católica no campo da imprensa no período da reforma protestante e na entrada do protestantismo no Brasil utilizou-se da reação,

---

<sup>1</sup>Jornais: *O Popular* (1892), *Tribuna do Povo* (1893), *Correio Catholico* (1895), *Cazeta de Uberaba* (1898) e *Lavoura e Comercio* (1899); todos esses jornais circularam na cidade de Uberaba. Já no município de Uberabinha foi possível encontrar os jornais: *A Republica* (1897), *O Progresso* (1907), *Paranayba* (1914), *A Tribuna* (1919) e *Triângulo Mineiro* (1926).

não via necessidade de uma ação efetiva nessa área. Posteriormente, se vê a igreja reunindo bispos para traçar projetos de imprensa, até chegar na atualidade como proprietária de jornais, revistas, emissores de rádio, TV e infinitas páginas de difusão através da internet.

### **3.2. Literatura Protestante do Século XIX**

A educação protestante é realizada num mercado aberto, onde cada frente denominacional deve ser convincente o suficiente de que a sua doutrina é a “melhor”. Suas literaturas, na maioria são de reflexões filosóficas, de autoajuda ou de divulgação religiosa apenas. Seus testemunhos e exposições encantam os prosélitos. Inicialmente com panfletos, livretos, bíblias, revistas, jornais com 4 a 20 páginas, aulas de língua, linguagens, artesanatos e bíblicas, desde as missões os protestantes se dedicaram a educação (CAVALCANTI, 2001).

A Igreja Católica Romana perdeu o status de religião oficial, embora na prática as suas tradições continuassem em voga. Ao menos no que se refere a Constituição Federal, o país laico derrubou a supremacia que a igreja tinha na colônia, aos poucos esta perdeu também o poder no Império e definitivamente se separou do Estado na República. O protestantismo que se calçou na lei, na igualdade da Revolução Francesa, nos direitos humanos, na liberdade de culto, na educação para o bem estar do indivíduo, aproveitando-se das lacunas deixadas pelo governo e pela igreja oficial busca incessantemente ser - “poderoso” para ocupar o lugar que pertencia oficialmente à Igreja Católica. “Uma laicidade estrita foi inserida na Constituição brasileira de 1892, por força da ideologia das elites políticas republicanas, de orientação liberal, maçônica ou positivista [...]” (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 01).

No início as publicações protestantes eram feitas em jornais, revistas e espaços comprados para publicar pensamentos evangélicos, depois foram fundados alguns periódicos próprios, como por exemplo, o *Jornal Imprensa Evangélica* – 1864-1892, sempre aos sábados, sua publicação era sobre religião e acontecimentos que davam uma visão política do mundo. Sua leitura deixa clara a visão sobre ortodoxia religiosa, a visão protestante de alcançar adeptos, e o

liberalismo exacerbado para formar novas ideologias para o contexto de Brasil em transição política e religiosa, uma vez que aqui as coisas se confundiam no momento (IMPRESA EVANGÉLICA, 1864-1892). Mais detalhes deste periódico serão apresentados no próximo capítulo, intitulado *O Jornal Imprensa Evangélica*.

Verifica-se que a gama de impressos utilizados pelos protestantes eram proselitistas e ideológicos, visando à formação nas escolas chamadas bíblicas e nas classes especiais para os prosélitos chamados de convertidos. O uso da literatura na educação secular também tinha cunho religioso até então, do catolicismo romano, que era a religião oficial, mas com a chegada da literatura evangélica, uma nova ideologia cristã, teológica, religiosa e política começa ser inserida em todas as camadas da população.

As publicações destinavam-se às crianças, aos jovens e adultos e até mesmo aos estrangeiros residentes em terras brasileiras, almejando uma adesão ampla aos projetos indicados. Havia, também, impressão de material para uso dos convertidos, como as revistas destinadas a serem utilizadas na escola dominical (REINAUX, 2007, p. 01).

Embora a Igreja Católica fosse a religião oficial do império, havia uma abertura para publicação da ideologia protestante por interesses do governo que lucrava com a imigração por “branquear” a população, ter mão de obra com melhor educação, moralidade, dedicação ao trabalho e menor problema social. Adaptações foram feitas, situações foram ignoradas e uma mistura de crenças se encontrou na cultura brasileira a partir do século XIX, americanos, europeus, africanos, asiáticos se misturam. A história religiosa desde o século XIX pode ser vista como de uma igreja que chama para si a “maioria” católica, embora diminua a cada dia, quando as minorias já informam ao IBGE suas religiões minoritárias com convicção e orgulho. Por outro lado o protestantismo que cresce assustadoramente, nas camadas mais pobres da população, exatamente onde a Igreja Católica diz ter feito preferência e entre os ricos, estudados, não ficando de fora nenhuma classe social do que se chama proselitismo protestante (BRASIL, 2012).

Como o protestantismo chegou com as elites e com aqueles que sustentavam seus interesses econômicos, seu trabalho não foi assistencial. Suas escolas e faculdades sempre foram particulares, assim como as católicas. O trabalho educativo dado aos membros menos favorecidos foi realizado de forma voluntária,

por iniciativa individual e nunca institucional. A boa educação mantida pela religião foi destinada a quem podia pagar por ela, em detrimento da falta de oferta gratuita por parte do Estado.

#### 4. O JORNAL IMPRENSA EVANGÉLICA

O jornal revela muitas coisas vividas pela sociedade de seu tempo, mostrando em suas páginas os acontecimentos internacionais. O elemento apresentado aqui é o *Jornal Imprensa Evangélica* que foi primeiro jornal protestante do Brasil. Fundado pelo missionário americano, presbiteriano Ashbel Green Simonton chegou ao Brasil no dia 12 de agosto de 1859, na cidade do Rio de Janeiro, ele era jovem, viúvo, e com uma menina recém-nascida (1864) no ano que fundou o jornal. Dedicou-se a ele por quatro anos, em 1867 morre de febre amarela com apenas 34 anos de idade. A princípio Simonton decidiu ser ministro religioso por voto de sua mãe, quando este nascera. Depois passa ser uma experiência nítida de um jovem que vive o romantismo de abandonar a vida secular e abraçar o avivamento que era nítido na América do Norte nesse período, levando ele a abraçar o além-fronteiras para ser missionário (WATANABE, 2012).

Simonton chegou ao Brasil num momento histórico propício para a propagação do protestantismo. Os americanos gozavam de prestígio e crença de intelectualidade no Brasil. Fato que colaborou para que depois de outras tentativas fracassadas anteriormente por parte de franceses e escoceses, ele obtivesse êxito para estabelecer o que se tornou a primeira Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro. Com a abertura dos portos para a imigração a partir de 1808, os americanos começam a se estabelecer no Império do Brasil, e, mesmo a partir dos portos os seus cultos já podiam ser realizados. Nos navios e nas casas havia cultos protestantes, ainda que de forma clandestina. Somente 1924 quando a Constituição é promulgada, é que as outras formas de culto ganham liberdade, mesmo assim, com restrições, devendo estas ser domésticas, estando proibidas as construções de templos e identificações de denominações religiosas (PAEGLE, 2005).

Pode ser observado que o protestantismo americano foi visto com novos olhares e despertou tanto a curiosidade como interesse pelo intelectual e moderno. Na nova religião o espaço de consideração dos valores da pessoa ia além da aristocracia, chegando aos ex-escravos e camadas mais humildes da população, ao ponto que a Igreja Católica, por ser atrelada ao Estado, posicionava-se ao lado da aristocracia, como apresentado no texto:

Essa nova religião que chegava na colônia lusitana mais influente despertava curiosidade e o interesse das pessoas, e atrelado a isso o protestantismo é visto pela elite intelectual republicana como modelo da modernidade, o que vai estimular a sua aceitação. Um bom exemplo é que um ano e meio depois de se organizar em um salão de reunião para os cultos localizado na travessa do Ouvidor, a igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro (1862) que tinha registrado 22 membros apresenta nas suas reuniões religiosas cerca de 60 a 90 pessoas.

Algo que irá ajudar na difusão da nova idéia religiosa que pregava o protestantismo é o fato do catolicismo ser visto como a religião da aristocracia e as camadas mais humildes, e até mesmo ex-escravos viam nessa nova igreja um lugar de reconhecimento de sua honestidade e respeitabilidade (GARRIDO, 2005, p. 3).

A imagem de progresso da igreja evangélica passou ser um diferencial notório na vida do povo comum. O catolicismo estava muito longe do povo, o culto cerimonial centrado nas mãos do clero e a desvalorização do leigo rompeu com a igreja que ficava cada vez mais distante, embora, legalmente fosse à religião oficial. Em 1890 ocorre à proclamação da primeira República, a cisão da igreja e estado. O estado passa a ser laico, infelizmente, na prática, o Estado guarda resquícios de religiosidade “oficial”. Os símbolos católicos nas repartições públicas, os nomes de ruas, avenidas, praças, bairros, cidades e estados da nação com títulos de dogmas católicos. Os feriados ligados a comemorações do calendário católico e as bênçãos episcopais em repartições públicas (GARRIDO, 2005).

Fazendo uma ponte do século XIX para hoje, o que se discute no âmbito das religiões não é a laicização do Estado, mas o espaço que cada religião busca ter em primazia dentro deste. O que seria justo, no mínimo a isonomia, mas em pleno século XXI o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o papa Bento XVI assinam documentos de preferencialismo católico.

Um retrocesso na luta histórica pelo Estado Laico no Brasil. Lula deve fechar acordo com o Papa Bento XVI para implementar o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. [...] Na Constituição do Brasil está claro que o Estado não pode promover qualquer tipo de crença. A investida da Igreja Católica sobre o governo brasileiro, aproveitando-se do credo do presidente da República e de seus assessores é uma afronta às demais religiões e ao Estado Laico.

A forma em que igrejas de caráter fundamentalista atuam sobre os Estados é, geralmente, para instrumentalizá-los em favor de sua ideologia, afastando as demais igrejas e credos e fazendo com que a sociedade, mesmo aquelas pessoas que não acreditam nos mesmos princípios religiosos, tenham que seguir o comportamento determinado pelos chefes das igrejas. Isso aconteceu recentemente

com os talibãs, no Afeganistão, e ocorre nos países dominados pela igreja católica romana, que proibia o divórcio (hoje continua proibindo mas não faz alarde) e agora quer proibir as mulheres de terem acesso aos direitos sexuais e reprodutivos e ao direito ao se próprio corpo. Além disso, geralmente as religiões afro-brasileiras são discriminadas nessa subordinação do Estado à idéia de que o ensino religioso é um direito da igreja católica.

As pessoas devem ter direito a ter sua própria religião. Mas isso não pode significar a dominância de uma religião sobre as outras e até sobre o direito a não ter religião alguma. É um afronta ao estado de direito que uma religião receba recursos públicos para fazer sua propaganda. Religião é um direito que se exerce individualmente ou nos espaços que as pessoas criaram para isso, espaços privados, como igrejas, templos, sinagogas, terreiros, casas (FISCHMANN, 2008, p. 01).

Como Estado laico, o Brasil deve isentar-se de religião, qualquer que seja ela. O gasto de dinheiro público para fazer propaganda religiosa desta ou daquela religião fere o princípio de liberdade de culto garantido pela Constituição Federal. Se há ensino religioso, este deve ser aberto para todas as representatividades de grupos religiosos presentes no país.

O protestantismo no século XXI se apresenta como a religião que busca ter no Estado a legalidade que a Igreja Católica Romana perdeu ao longo dos últimos 122 anos, desde a proclamação da República. No Estado laico, o governo é de todos e para todos e não pode governar para esse ou aquele segmento religioso. O que temos posto parece ser a busca pelo poder com homens ávidos deste, os quais gastam dinheiro publico, assinam documentos e viajam para agradar o eleitorado pela máscara da religião, mas no fundo, estão é fazendo “lobby” político (LOURENÇO, 2013).

O *Jornal Imprensa Evangélica* se apresenta num histórico de transição ideológica. As correntes do pensamento filosófico, religioso e científico no mundo ocidental são fundamentadas no pragmático e tecnológico que enriquece o próximo século. O protestantismo conseguiu individualizar a salvação na experiência religiosa, sustentando ideias antagônicas com o evolucionismo. O *Jornal Imprensa Evangélica*, sendo presbiteriano, vai além, refletindo a caminhada protestante no Brasil por defender a causa protestante em comum, independente da denominação presente no país. Os jornais religiosos geralmente transmitem seus ideários doutrinários, mas o Imprensa Evangélica mantinha os seus leitores informados do cenário religioso geral, dos acontecimentos políticos e científicos, podendo ser

classificado como mais que jornalismo protestante, mas como parte da imprensa brasileira (MENDONÇA, 2009).

Algo observado no *Jornal Imprensa Evangélica* é a linguagem arcaica e o erro de grafia por ser editado por estrangeiros presentes no Brasil e, por parecer não haver nenhum linguista ou profissional da língua portuguesa fazendo as devidas correções. Em todas as edições, a começar pelo cabeçalho encontram-se numerais em algarismo romano. Santos (2009) frisa a importância do *Jornal Imprensa Evangélica* como fonte de pesquisa dos acontecimentos do século XIX, da inserção do protestantismo no Brasil e das relações Brasil Império com a Igreja Católica Romana.

O *Imprensa Evangélica* começa a circular dois anos depois da fundação da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro (1862), igreja esta que era composta de brasileiros e portugueses. Simonton funda a igreja, o jornal, o presbitério e a uma escola paroquial, anexo a igreja por ser interessado em educação. Os missionários já utilizavam os jornais existentes na época para divulgarem a fé evangélica, mas a criação de um jornal próprio trouxe maior liberdade, agilidade e expansividade da doutrina protestante. O jornal tinha simpatia de alguns membros do governo, mas foi criticado por setores conservadores da Igreja Católica. A aceitação por parte dos leitores e a tolerância do governo incentivou os presbiterianos e outras denominações a investirem em publicações (SANTOS, 2009).

A questão da educação no *Jornal Imprensa Evangélica* é amplamente difundida, inserida com os significados mais diversos, mas sempre conotando o processo de relação pessoas, nas mais diversas esferas. A relação pessoal, interpessoal, também com o Estado, com a Religião oficial do Estado, a qual na época da publicação do jornal, era a Igreja Católica Apostólica Romana, com as bases morais, com o mundo e logicamente, por se tratar de um texto de cunho religioso, com Deus, e, na nova visão de religião, o protestantismo. Ao longo da vida do jornal, são apresentadas trezentas e sessenta e uma (361) inserções, isso em vinte e oito (28) anos e quinhentas e trinta e uma (531) publicações do jornal, o qual atingia a tiragem de quatrocentos e cinquenta mil (450) exemplares a cada quinzena, sempre sendo publicados aos sábados. Na tabela abaixo é apresentada as publicações de acordo com as cópias disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira:

Ano de Publicação	No. De Publicações por ano
1864	2
1865	3
1866	17
1867	23
1868	24
1869	24
1870	25
1871	24
1872	24
1873	24
1874	24
1875	12
1876	0
1877	7
1878	24
1879	22
1880	0
1881	0
1882	0
1883	0
1884	24
1885	20
1886	32
1887	38
1888	0
1889	10
1890	52
1891	50
1892	26

#### **4.2. Nas Páginas do *Jornal Imprensa Evangélica***

Neste ponto, será apresentado os assuntos mais importantes destacados nas páginas do jornal, tais como a educação religiosa, o governo e a religião, a liberdade religiosa, a educação familiar, a mulher no contexto da educação e a gestão da economia e da educação no século XIX.

O *Jornal Imprensa Evangélica* expõe o assunto do ensino religioso de maneira a questionar, não somente a relação da igreja com o Estado, mas a qualidade do ensino ofertado. A religião foi difundida no ensino por parte clero e o poder pensante dos jovens ficou neutralizado, o texto extraído do jornal clareia a leitura pela ótica protestante no período.

A maior parte de nossa mocidade [...] timbre de nada saber da religião. Dizem:

- Queremos seguir a religião de nossos pais e guardiir as conveniências sociaes. Isto nos basta. Não queremos saber de nada que perturbe-nos a consciência e ainda menos cuidar delia. » E do povo ignorante e menos instruído quantos milhares ha. que nada absolutamente sabem da religião, senão ó o Padre Nosso, Ave-Maria, .Salve-Rainha, as orações que dirigem a seus santos particulares padroeiros e talvez o Credo Apostólico e os Dez Mandamentos, e estes troncados e redivididos, como se achão nas cartilhas em voga no ensino primário. Todos quantos quizerem podem verificai' por si que nisto não ha exageração alguma, mesmo quanto á corte e as outras grandes cidades, que se julgao o centro das luzes da nação. Quanto ao interior sabemos por indagações pessoaes em varias partes, que ainda é peor, se tanto é possível. Um muitas partes é tal a ignorância e superstição, que o povo traz no corpo, como efticazes contra todo o mal, e como meios de alcançar o próprio céu, contos os mais ridículos e absurdos, que santeiros estrangeiros vendem por orações supra-sanias; havendo mesmo caso (com pezar o dizemos) em que parochos em suas igrejas têm benzido de uma vez centenares destas blasphemias zombadas da religião. o maior zelo religioso de alguns entre este pobre povo mostra-se ein discutir qual imagem (do Senhor Bom Jesus, por exemplo), seja a mais milagrosa, a deste ou a daquelle lugar (IMPRESA EVANGÉLICA, n. 13, sábado 6 maio de 1864, p. 01).

A cobrança é para que haja uma educação religiosa efetiva, que ensinem a moral, a condição humana, saia dos dogmas da religião que todos professam oficialmente e abram-se espaços para o livre pensamento. A particularização das responsabilidades, o cumprimento dos deveres.

O Estado laico não deve manter ensino religioso, o mesmo deve sair do clero e voltar-se para a família. Não se trata de revolta contra o clero, mas de educação individual e não em massa. Com isso o protestantismo fala a linguagem do liberalismo a que o governo defende. É uma tentativa de aliviar o governo, em vez de o governo sustentar o povo, o povo é que deve sustentar o governo. Assim, a educação religiosa do menino deve ocorrer na família. Os pais não podem se subtrair da responsabilidade da educação de seus filhos na moral e na religião, como se pode ler no próprio jornal.

Não ignora V. Ex. Revma. quanto depende do exacto cumprimento dos deveres parochiues a satisfação de tão importante necessidade; e que é principalmente no seio da familia, sob as inspirações do ministro de Deos, que o menino deve receber a educação e desenvolver as qualidades do coração. Não queremos dizer que o governo, com este, nem com todos os avisos que neste mesmo sentido possa referendar, terá desempenhado todo o seu dever. Resta sem duvida ainda muito a fazer de sua parte, e muito que merece a sua prompta attenção. Nem queremos inculcar que os actuaes prelados do imperio sejam os únicos responsáveis pelos males de que se queixam, ou que sejam competentes para fazer vigorar os meios remediaes indicados. (IMPRESA EVANGÉLICA, n. 13, sábado 6 maio 1864, p. 02).

Devolvendo a educação religiosa para a família, o protestantismo teria como entrar com a propagação de seus ideais, uma vez que a educação se daria nos lares, em outros locais e na orientação do padre ou do pastor. O Estado não pode se eximir da responsabilidade da educação e da boa ordem. Os pais e os ministros religiosos não podem ser culpados pela desordem moral da sociedade, devendo o Estado fazer sua parte em cooperação com a família.

O *Jornal Imprensa Evangélica* critica a proteção recebida por parte da Igreja Católica pelo Estado. Na história dos profetas de Baal e o profeta Elias, a religião que recebia proteção do governo de Acabe e Jezabel era falsa. A mentira estava tanto no governo de Acabe, como na religião dos Baalins. A verdade, no entanto, estava no profeta Elias, o qual, por afrontar a mentira de Baal e seus profetas, é duramente perseguido por Jezabel, a esposa do rei Acabe. Assim, o *Jornal Imprensa Evangélica* na sua edição nº 5, de 3 de março de 1966, p. 37 faz a seguinte analogia do episódio Elias, profetas de Baal e Jezabel: “Por aqui vê-se que em matéria de fé a verdade nem sempre está dos lado das autoridades e nem da religião do estado. Com isto, a matéria do jornal usa o episódio para questionar a verdade imposta pelo Estado e a Igreja oficial do Estado, no caso do Brasil, a Igreja Católica Romana.

Até o século XVI, os casamentos eram civis, reservados à família. Em 1580, na Holanda, o casamento civil perante os magistrados foi instituído e se conserva até o presente em todo mundo como lei, obedecendo cada país, mas dentro de um tratado internacional que gera documentos legais. Somente no Concílio de Trento em 1545 é que a Igreja Católica institui o casamento religioso. A igreja fica soberana em matéria de casamento até o século XVIII. Com a Revolução Francesa, o

casamento é considerado um contrato civil. Portugal mandou observar o Concílio de Trento em 1564, como no Brasil não havia leis próprias, seguiam-se as leis de Portugal e por, consequência a Igreja Católica. O Brasil precisava crescer, em 1808 as portas das fronteiras são abertas a outros povos, os quais vem com uniões distintas das exigidas pela Igreja Católica e aqui eram tratados à margem ou clandestinamente. Em 1861 novas normas são estabelecidas no Brasil, a partir dai 3 tipos de casamentos são legais: a) o católico; b) o misto; c) não católico, conforme a Lei n. 1.144 de 11.09.1861 (BRANDÃO, 2011, p. 01).

Com toda a problemática apresentada com a união da Igreja e do Estado, furtando aos cidadãos os direitos civis, uma vez que não fossem católicos ou obedecessem às legalidades católicas, o *Jornal Imprensa Evangélica* aborda o assunto vivido como uma luta, onde os dissidentes do catolicismo perdiam os direitos matrimoniais e por consequência o registro dos filhos, o direito dos filhos ser educados, receber assistência do estado e da família. Senadores discutiam o assunto para que fossem mais liberais no assunto de casamento dos não católicos, mas nenhuma lei foi feita para preencher a lacuna na legislação do país (IMPRESA EVANGÉLICA, sábado 20 jul. 1967, p. 112).

Por fim, em 1890 a Proclamação da República reconhece válido no Brasil somente o casamento civil, dando a qualquer ministro religioso a cadeia se fizer cerimonia antes de o contrato civil ser celebrado. Embora, pela tradição católica, implantada em 4 séculos no Brasil, os casamentos, mesmo os civis, seguem a normatização do pensamento cristão. Em 1891 a Igreja é separada do Estado e somente em 1934 é que o casamento religioso volta a ter efeito civil e é confirmado em 1946, desde que siga as normas das leis civis. Em 1973 a legislação determina que o casamento religioso com ato civil seja feita documentação previa e posterior, dando ao direito civil a exigência e conferencia de toda a documentação na montagem do processo e estando habilitado, o ministro religioso faz a cerimonia pública e a documentação é concluída e emitida certidão pelo cartório de registro civil (BRANDÃO, 2011).

O *Jornal Imprensa Evangélica* revela a condição subjugada que a sociedade brasileira vivia no domínio da religião oficial do Estado em 1867, como se pode ver no recorte do jornal abaixo.

Noticiário. Ainda é a questão de casamentos catholicos aeatholfcos, mixtos e civis que preocupa a attenção publica. O projecto em Portugal. de lei sobre o casamento civil foi votado no parlamento de Portugal e já tem vigor para os que nao professara a religião do estado. Uma parte official publicada nas folhas diárias da corte acaba de tornar patente a in- Os casamentos tolerância da nossa legislação sobre mixtos.este importante assumpto. Ha dous annos célebrou-se nesta corte, perante um pastor de uma igreja evangélica, o casamento de um protestante com uma senhora catholica de estado, declarando o casamento nullo em todo o sentido da palavra. A legalidade do parecer do conselho de estado não pôde ser contestada. Os membros do conselho, sem exorbitarem de suas attribuições, foram obrigados a declarar nullo e irritado semelhante casamento. Quanto ao Sr. vigário de S. José, nao estranhamos o seu pro- cedimento. A igreja romana requer com o preço destes casamentos mixtos duas cousas de que ella nao pôde prescindir—a extensão de seu domínio espiritual e dinheiro. Um breve dispensando o impedimento da disparidade de cultos nao é expedido sem que o sup- plicante primeiro pague as custas, e, sendo protestante, assigne termo promettendo ensinar a seus filhos uma crença a seu ver errônea. Emquanto a igreja não renunciar francamente o emprego de outras armas que nao sejam as da persuasão, nao será possível que deixe de aproveitar tao favorável ensejo para ganhar novos subditos e encher os seus cofres. (IMPRESA EVANGÉLICA, n. 15, sábado 3 ago. 1867, p. 116).

Interesses religiosos se contrapondo aos direitos civis do cidadão. O Estado sendo conivente com a obrigatoriedade da educação religiosa dos filhos de pessoas que não professavam a religião official. Por outro lado, observa-se ainda que o interesse fosse de poder econômico, além e mais profundo que apenas o domínio espiritual.

O *Jornal Imprensa Evangélica* cita a questão do crescimento assombroso do catholicismo no Brasil por ter proteção do governo. Em contrapartida evidencia que o protestantismo não deseja proteção do governo, mas liberdade (Imprensa Evangélica, p. 03, edição nº 13 de sábado 6 de maio de 1864).

O *Imprensa Evangélica* instiga também a práticas de boas obras, a retribuição do mal com bem, isto, para contrapor os castigos, as retaliações e as perseguições religiosas por parte da Igreja Católica. Ainda dentro do quesito liberdade, o jornal incentiva a leitura da bíblia: “Lucia ou a leitura da bíblia” [...] Conversa sobre a inspiração da bíblia” (IMPRESA EVANGÉLICA, n. 13, sábado 06 maio 1864, p. 04 4), por meio de diálogos, histórias: “Mostrei-me em vossa bíblia uma propheta tão clara e tão exactamente verificada pela história, como a que por puro acaso fez Seneca da descoberta da America por Christovão Colombo, e eu serei crente”

(IMPRESA EVANGÉLICA, n. 13, sábado 06 maio 1864, p. 05) e o próprio texto bíblico transcrito para doutrinar sobre a salvação: “BÍOTISBV\*. Pela graça é que sois salvos mediante a fé, e isto não vem de vós: porque é um dom de Deos. — Eph. 2:8. PROVAS. Matt. 16:17. —João 6:44.—Rom. 3:20—24, e 11:6.— Eph. 1:19.— Phil. 1:29.-2." Tim.—1:9. —Tito 3:5—7” (IMPRESA EVANGÉLICA, n. 13, sábado 06 maio 1864, p. 08). A leitura faz o individuo capaz de interpretar, pensar livremente e verificar que os dogmas são imposições algumas vezes cegas. Dá a entender que a visão do protestantismo no início é de abertura de mentalidade para reação contra o que estava posto. Ao verificar o decorrer histórico, ao ponto do protestantismo se tornar tradicional, o mesmo passa a utilizar das mesmas artimanhas dominadoras das quais o catolicismo se utilizou no período.

O *Jornal Imprensa Evangélica* aborda o alimento das faculdades humanas, a princípio, entrando pelos olhos como modelo a ser admirado, no caso as imagens apresentadas pela Igreja Católica, as quais podem inspirar desleixo ou sensualidade:

Vimos por uma ligeira apreciação de factos, demais evidentes para .se poder nega-los, que todo o povo dado ao culto de imagens tem forte propensão para costumes relaxados. A sombra dos templos em. que se venerão objectos visiveis com um culto todo symbolico e exterior, esmoreoe o que ha no homem de espiritual, e as suas paixões mais ignóbeis reinão infrenes (IMPRESA EVANGÉLICA, n. 5, sábado 3 mar. 1866, p. 01).

O interessante para o âmbito da educação é a amplitude da interpretação dos “tiros” que o jornal dá para todos os lados. No fundo, a preocupação parece ser mesmo religiosa. O problema se mostra estar no foco da proteção da Igreja Católica recebida por parte do Estado e a difusão de suas doutrinas. O protestantismo coloca em xeque os dogmas católicos para depois inserir sua ideologia.

O *Jornal Imprensa Evangélica* trata da questão da liberdade. A liberdade é colocada como sendo a essência do cristianismo. A liberdade de escolha é um direito natural. Proporcionar educação a todos os que nascem no país. A liberdade da religião em relação a política. A vida espiritual do povo não pode ser controlada por políticos. O culto a liberdade é tudo, uma vez que não é preciso nada mais que um terreno livre para sair vitoriosa (IMPRESA EVANGÉLICA, n. 13, sábado 6 maio, 1864, p. 98)

A tradição bíblica coloca a família como a primeira responsável pela educação dos filhos, de acordo com a publicação do *Jornal Imprensa Evangélica* que apresenta Ana, mãe de Samuel como aquela que levou seu filho e entregou aos cuidados do templo, transferindo sua responsabilidade de educação para o sacerdote Eli. O mesmo sacerdote Eli não tinha educado nem se quer seus filhos (IMPrensa EVANGÉLICA, n. 11, sábado 2 jun. 1866, p. 85).

Se a educação é de responsabilidade da família e esta não o faz, transferindo para a religião, em suma, isenta quem de fato deveria assumir que é o Estado. Em análise última, sempre será o Estado o responsável pela educação. Nas discussões modernas sobre educação, diz-se que o tripé da educação é: família, sociedade e escola. Tanto as famílias como sociedade e escola dependem de políticas públicas controladas e implantadas pelo Estado, logo, o responsável único pela educação em qualquer nível que ela possa ocorrer, será sempre do Estado.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Art. 1º, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996).

Assim sendo, a religião e o ensino religioso entrariam nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e ainda como manifestações culturais. Não podendo ser a responsável pela educação, uma vez que agindo assim, seria parcial e não abrangente, respeitando as diferenças sociais e culturais da nação.

A mulher ganhou espaços na educação e letramento com a inserção da mentalidade protestante. Sendo ela coadjuvante, não poderia ser privada da educação.

A educação da mulher e a sua elevação á posição social que lhe compete. A reclusão imposta as mulheres como preceito de moral argúe ignorancia das leis da natureza. Nenhuma sociedade há de se moralizar sem que a coadjuve por sua presença e exemplo. Se ella não tiver forças para isso, o único remedio será uma educação moral e religiosa que lhe dê essas forças (IMPrensa EVANGÉLICA, n. 18, sábado 15 set. 1866, p. 140).

Hoje pode ser verificado nas estatísticas que a mulher está na frente no que se refere à educação. Os professores são na sua maioria mulheres e isso, não só na educação de base, mas na educação superior.

A trajetória da mulher brasileira nos últimos séculos é, para dizer pouco, extraordinária: de uma educação no lar e para o lar, no período colonial, para uma participação tímida nas escolas públicas mistas do século 19; depois, uma presença significativa na docência do ensino primário, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade, bem como de uma expressiva participação na docência da educação superior (RISTOFF, 2006, p 1).

É interessante o avanço da mulher no que se refere à educação e a todos os âmbitos da vida que a educação proporciona. Elas saíram do anonimato, do mundo sem voz, para formar pensadores e profissionais no século XXI.

Entre os mais diversos assuntos que se refere à educação, o *Jornal Imprensa Evangélica* trata de educação de administração de recursos pessoais, públicos e de terceiros, com o pode ser observado no texto a seguir:

Economia e systema na direcção de nossos trabalhos e nos gastos que fazemos. O desperdício dos ganhos da nossa industria é criminoso por muitas razões. Quem gasta hoje sem utilidade o que ganhou hontem, está no mesmo caso com outro que tenha passado todo o dia ocioso. Se a falta de boa administração importa falta de tino ou de educação, ou uma condescendência com hábitos arraigados na sociedade em que se vive, não deixa de ser reprovada sob o nome de furto. Aquelle que deixa escoarem-se seus próprios ganhos, nao tarda a furto os alheios ficando atrasado de compromissos e dividas que não pôde satisfazer (IMPrensa EVANGÉLICA, n. 20, sábado 20 out. 1866, p. 159).

A administração dos bens pessoais estava atrelada a boa ordem. Aqueles que não tinham recursos próprios para suprir suas necessidades, corriam riscos de furto os outros. O furto era visto também como atraso nos pagamentos e dívidas não honradas.

O modelo de educação oferecido pelo catolicismo era insatisfatório de acordo com as informações levantadas na publicação do *Jornal Imprensa Evangélica* em 1867, conforme se pode observar no texto abaixo:

E' preciso estudarmos o modo porque se- educa a mocidade. A vida interior de nossas famílias, as escolas de primeiras e segundas letras e; sobre tudo p ensino e as impressões que,as mulheres e crianças bebem nas cartilhas e no culto da igreja e no interrogatório do confessional, estas são as nascentes da vida intima do povo. Sem que a mulher, o clero e os professores públicos compreenda a índole do governo e sinceramente adoctem os principios liberaes em que a constituição assenta, os oradores das câmaras legislativas pregam no deserto. Faz gosto ouvil-os declamar. Sabem como tudo

sé faz na Inglaterra, na Allemanha, na França e nos Estados-Unidos. Porém parecem ignorar que o fomecimento do material, a criação e educação dos cidadãos está entregue ás classes menos instruídas e mais fanáticas do paiz. As ordens religiosas e monasticas, os bispos e clero ultramontanos, junto com os professores públicos e as mulheres que lhes obedecem cegamente ó ensinam por suas cartilhas, essas são ás classes incumbidas de fornecer o material para o edificio de nossas liberdades (IMPRESA EVANGÉLICA, n. 4, sábado 16 fev. 1967, p. 159).

A crítica é feita ao ensino de baixo nível e domador, como na realidade é a explicação do fato social de Durkheim em todas as sociedades. Educa-se para viver passivamente e não para questionar e exigir mudanças. Daí o papel da imprensa ser tão válido, pois instiga o pensamento critico do cidadão. Dogmas são dados e pouco explicados, exigido uma fé cega e qualquer questionamento é visto como sendo pecado. Ninguém pode dar mais do que possui, assim, os educadores transmitiam o que o sistema religioso do qual eles faziam parte, havia dado a eles (LUCENA, 2006).

Usando a leitura da bíblia como base, o *Jornal Imprensa Evangélica* instiga os leitores a refletirem sobre a educação para todas as pessoas, independente de sua classe social.

Tomei desde então nas mãos o livro da palavra de Deus, e, com um coração desejoso de promover com ella a felicidade dos meus semelhantes, disse comigo mesmo: Quero ver se com effeito este livro oferece remédio a todas as nossas enfermidades, sem fazer excepção alguma de pessoas; quero ver se ha com effeito no mundo um livro, que seja em tudo próprio e perfeito para fazer a educação de todos os homens, seja elle o mais pobre ou o mais rico, seja o primeiro ou o ultimo na ordem social (IMPRESA EVANGÉLICA, n. 12, sábado 15 jun. 1867, p. 93).

A educação é um direito do cidadão e um dever do Estado como visto na Constituição de 1988 no artigo 205 (BRASIL, 1988), mas não era a realidade da época em questão apresentada no *Jornal Imprensa Evangélica* em 1967. Eram educados somente os meninos filhos dos nobres e o clero.

A educação moral era tida ao que parece como educação para a vida social, valorizando os aspectos pessoais e dignitários de ser humano. A integridade moral, o respeito pelos direitos alheios e próprios. É colocado dentre outras exigência para a educação moral, a questão do descanso. A igreja precisava catequizar as pessoas

e isso só poderia acontecer se houvesse no domingo um tempo de descanso e de busca de sabedoria espiritual, assim a guarda de um dia de descanso era tida como base doutrinária. Ele era necessário para o descanso do corpo e o alimento da alma (Imprensa Evangélica, edição nº 16, de sábado 17 de agosto de 1967, página 122).

Exatamente neste dia de descanso, no caso do cristianismo, o domingo, historicamente fundamentados no sábado judaico, o qual deu origem ao cristianismo, é que se prestava culto a Deus, tendo o cidadão tempo de descanso físico para o trabalho espiritual, ou da igreja. A Igreja Católica e o protestantismo se firmaram no mesmo dia de guarda, ou seja, o domingo.

Muitos outros assuntos são apresentados no *Jornal Imprensa Evangélica*, haja vista os vinte e oito (28) anos de sua publicação. Aqui, o trabalho deteve-se a apresentar os pontos mais relevantes para a pesquisa, os que se refere a educação.

## 5. CONCLUSÃO

Conclui-se com este trabalho que a partir da leitura do *Jornal Imprensa Evangélica*, atrelado a outras fontes é possível reconstruir os acontecimentos políticos, científicos e religiosos vividos na segunda metade do século XIX, período em que o mesmo, foi publicado e distribuído no Brasil. Nas suas páginas, como primeiro jornal evangélico, entende-se que ele foi um forte veículo de comunicação para a difusão do protestantismo brasileiro, o qual depois de outras tentativas anteriores, no período em questão estava chegando para fincar suas raízes. Suas publicações instigaram a leitura de uma diferente visão de mundo, a dos questionamentos dogmáticos, sociais, educacionais e econômicos. O momento era propício para isto, o fato foi base para as evoluções sociais e tecnológicas do período da industrialização que ocorreria no século vindouro.

O jornalismo brasileiro se mostrava forte no Século XIX, havia outros jornais impressos e que circulava no Brasil, antes e depois de o *Jornal Imprensa Evangélica*, os quais eram importantes na missão de suscitar forças para as mudanças ocorridas no período, o que fez com que o protestantismo tivesse êxito nesse tempo de transformações. O jornal cumpria a missão, a de informar e de instigar opiniões políticas. As estruturas estavam sendo balançadas no mundo ocidental e a imprensa fomentava o novo ideário: o individual. Cada um era responsável por si, exigindo emancipação política e assim, a sociedade não era mais manipulada por conta da força de seus cidadãos que exigiam mudanças, por seus novos valores difundidos. O protestantismo veio para fechar o ser humano no individualismo. Salvação pessoal, responsabilidade pessoal e o abandono da religiosidade coletiva, imposta e impensada.

Na Lei, o país se tornou laico a partir da república, na práticas porém, continuou católico. A Igreja Católica manteve o poder ideológico e até hoje tem presente nas repartições públicas, nos privilégios e na educação, princípios medievais que foram implantados na cultura da nação nos períodos colonial e imperial.

A pesquisa cumpriu seu objetivo inicial que foi analisar o conteúdo educativo da imprensa protestante no *Jornal Imprensa Evangélica* entre os anos de 1864-1892, período de suas publicações, caracterizando o processo de implantação do

protestantismo no Brasil e ainda verificando a disseminação da ideologia protestante no Brasil Império.

## REFERÊNCIAS

### Fonte:

IMPrensa EVANGÉLICA. Rio de Janeiro, semanal, 1864-1892. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>>. Acesso em: maio/ago. 2013.

### Referências Bibliográficas:

ALENCAR, Gedeon. **Protestantismo tupiniquim: hipóteses da (não) contribuição evangélica à cultura brasileira.** São Paulo: Arte Editorial, 2005.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa.** Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BRANDÃO, Débora Vanessa Caús. Do casamento religioso com efeitos civis e o novo Código Civil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 54, 1 fev. 2002 . Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/2662>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html)>. Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm)>. Acesso em 20/06/2013.

\_\_\_\_\_. **Jornal Imprensa Evangélica (1864-1892).** Hemeroteca Digital Nacional. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/imprensa-evangelica/376582>. Acesso em: 02/11/2012.

CAIRNS, Earle. E. **O Cristianismo Através dos Séculos: Uma História da Igreja Cristã.** São Paulo: Sociedade Religiosa Vida Nova, 1984.

CARVALHO, Carlos Henrique de. GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Educação, Religião e República: repercussões dos debates entre Católicos e Republicanos no Triângulo Mineiro-MG (1892-1931).** Disponível em: <[dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4063278.pdf](http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4063278.pdf)>. Acesso em: 10/01/2013.

CAVALCANTI, H.B. **O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19: Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista.** Disponível em: <[http://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2001/p\\_cavalc.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_cavalc.pdf)>. Acesso em: 10/03/2013.

FISCHMANN, Roseli. **Às escondidas, Lula assina acordo com Estado do Vaticano sobre ensino religioso.** Disponível em: <[http://www.direitos.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=4669&Itemid=2](http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4669&Itemid=2)>. Acesso em 20/02/2013.

GARRIDO, Stella. **A educação confessional protestante no Brasil.** Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb13.htm>>. Acesso em: 20/03/2013.

GONÇALVES, Marcos. **Fontes para a História da Imprensa Católica Popular no Brasil:** A Revista Ave Maria. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/educacao15/materia03/texto03.pdf>>. Acesso em: 25/02/2013.

GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KLAUCK, Samuel. **A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX.** Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/index.php/mneme/article/view/1022/973>>. Acesso em: 10/02/2013.

LOURENÇO, Luana. Presidente Dilma Rousseff viaja para o Vaticano neste domingo. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/noticias/politica/presidente-dilma-rousseff-viaja-para-o-vaticano-neste-domingo-1.102090>>. Acesso em: 18/03/2013.

LUCENA, Carlos. **O Pensamento educacional de Émile Durkheim.** Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/40/art18\\_40.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/40/art18_40.pdf)>. Acesso em 13/02/2013.

MARTINS, Ana Luiza Martins, LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

MENDONÇA, Antônio Gouveia. **O Jornal Imprensa Evangélica - Diferentes Fases no Contexto Brasileiro (1864-1892).** Prefácio do Livro de Edwiges Rosa dos Santos. São Paulo: Mackenzie, 2009.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. **Uma breve análise historiográfica do protestantismo brasileiro e suas tendências atuais.** ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1200.pdf>>. Acesso em 31/07/2013.

PERIOTTO, Marcília Rosa. **Imprensa e a Educação No Século XIX As Ideias De O Progresso.** Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/091\\_marcilia.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/091_marcilia.pdf)>. Acesso em 29/11/2012.

\_\_\_\_\_. **O Papel da imprensa no Processo de Construção da Nação: A “Vocação Pedagógica” dO Correio Braziliense.** Disponível em: <

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis16/art5\\_16.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis16/art5_16.pdf)>. Acesso em: 20/11/2012.

RIBEIRO, Mário Bueno. **As relações entre protestantismo e catolicismo no Brasil do Século XVI aos anos 20 do Século XX**. Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 1996.

RIO DE JANEIRO. **Textos, Artigos e Leis**. Observatório da laicidade do Estado Olé (2009, 2010). Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/textos/>> Acesso em: 29/10/2012.

RISTOFF, Dilvo. **A trajetória da mulher na educação brasileira**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5710](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5710). Acesso em: 10/06/2013.

SANTOS, Edwiges Rosa dos. **O Jornal Imprensa Evangélica: diferentes fases no contexto brasileiro (1864-1892)**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

SILVA, Marcela Pimentel. MARTINS, Karla Denise. **O lugar da religião no Brasil oitocentista**. Disponível em: <[http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340715764\\_ARQUIVO\\_Txtcompleto.pdf](http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340715764_ARQUIVO_Txtcompleto.pdf)>. Acesso em: 15/01/2013.

VASCONCELOS, Micheline Reinaux de. **Imprensa Protestante e Imigração: A distribuição de textos religiosos aos imigrantes no Brasil (1850-1930)**. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao50/materia01/>>. Acesso em: 13/02/2013.

WATANABE, Tiago Hideo Barbosa. **A Ilusão Biográfica no Protestantismo Nacional: Ashbel Green Simonton, a Construção de Si e a Legitimidade de Práticas Religiosas**. <[http://www.ichs.ufop.br/ner/images/stories/Tiago\\_Hideo\\_Barbosa\\_Watanabe.pdf](http://www.ichs.ufop.br/ner/images/stories/Tiago_Hideo_Barbosa_Watanabe.pdf)

## **ANEXOS**



# IMPRESA EVANGELICA



PUBLICA-SE TODOS OS SABBADOS.

N. 1

Sabbado 5 de Novembro

1864

## IMPRESA EVANGELICA

### PROSPECTO

Temos perlostrado todas as classes da sociedade com o designio de lhe prestarmos de um modo proporcionado ás suas mais legitimas exigencias na esphera religiosa. Em toda parte achamos disposição para conversações santas, desejo ardente de reformar o coração, esforços de uma alma afflicta por se reconciliar com Deus.—Não importa isto um protesto solemne, de que não vivemos só para este mundo, senão também para um outro mundo, que infallivelmente nos espera, logo que a morte nos transforma?

O homem, porém, parece ter no peito, á hora da devoção, um coração inteiramente differente daquelle que revela sua vida commun. — Aqui, seus actos não correspondem á religião que professa; e, se alli se mostra escrupuloso em praticar acções que lhe acarretarão a justiça de Deus, não se mostra menos naquellas que não revelão algum amor a Deus; nem sempre a santidade de suas obras confirma seus bons propósitos, raras vezes imitando a Jesus Christo aquelles que mais publicamente o confessão.

No meio do chaos de idéas religiosas, que divide actualmente os homens, inútil fóra descobrir-lhes as fontes d'onde borbulha o mal, se para curá-lo lhes não applicassemos meios. A propagação do Evangelho, pela vivificação da devoção domestica, pelo orgão de uma folha, particularmente a isso consagrada, eis da nossa parte a applicação dos meios.

Se de nossos esforços não conseguirmos vingar scilicet o minimo do nosso designio, ainda assim nos lisonjaremos jubilosos, por havermos cumprido com o nosso dever.

Tal é a única missão da Imprensa Evangelica. Sahirá semanalmente um numero de 8 paginas que, além dos artigos de fundo, conterá um noticiario universal de interesse paramente evangelico.

Com o progresso de nossa Igreja, iremos dando á nossa folha o desenvolvimento que lhe convém, por publicações variadas, que, sem se afastarem de seu principal objecto, lhe procurarão o atractivo da novidade nas fórm.

Este trabalho, não tendo em vistas senão os interesses exclusivamente religiosos da sociedade em geral, como em particular do individuo, estranha á toda e qualquer ingerencia em politica, e todos é consagrado; porém com sapta particularidade o dedicamos aquelles para quem a religião de Jesus Christo ainda não se tornou coisa indifferente, e, no meio da perversão universal de seus principios divinos, não tmbrão ainda o dom mais precioso de Deus — a liberdade de consciencia perante o Evangelho.

### Considerações sobre a religião.

Todas as religiões têm em commun o fim que pretendem conseguir. Todas ellas reconhecem como axioma fundamental, que a raça humana padee tantas e tão grandes necessidades, que é mister um remedio sobrenatural. Qualquer systema que não reconheça a necessidade de buscarmos fora de nós as forças indispensaveis á nossa felicidade, não passa de um systema philosophico. O sobrenatural é a linha divisória entre a philosophia e a religião. Todas as theorias philosophicas se baseão na crença de que a reabilitação do genero humano no seu todo, tanto como do individuo, está no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos dotes do corpo e do espirito, com que a natureza nos beneficia. Não ha religião alguma que negue este principio, sustentando a fraqueza radical do homem, e a necessidade de procurarmos em outra parte as forças que a philosophia, com vista curta, pretende achar em nós mesmos. Esta necessidade de adjutorio sobrenatural é o ponto de par-

# IMPRENSA EVANGÉLICA



Não temos, é pequeno rebanho,  
pois que foi do agrado da vossa Paiz dar-vos  
o seu Reino.

S. Lucas, XII, 21.

Comtanto que Christo em talda a  
mensagem seja annunciado . . . nisto me  
alegro e ainda me alegrarei.

S. PAULO AD. FIL., I, 18.

Anno XXVIII

S. PAULO  
2 DE JULHO DE 1892

Numero 27

## Imprensa Evangelica

### EXPEDIENTE

A *IMPRENSA EVANGÉLICA*  
publica-se semanalmente, á raz-  
ão de 5\$000 annuaes.

Toda e qualquer correspon-  
dencia deve ser dirigida á Re-  
dacção — Caixa 14 — S. Paulo.

### Sonetos

I

Nascer, soffrer, morrer, serão nosso  
A imagem real da existencia?  
Não é nossa alma luminosa essencia?  
Não é o corpo d'esta essencia o vaso?

O sol da vida após o seu occaso  
Não brillará jámais? A intelligencia,  
A razão, a vontade, a consciencia,  
Apenas durando tão curto prazo?

Serão um termo as laboas do atalido?  
O negro crime e a Empida virtude  
Terão o mesmo premio e o mesmo fim?

Se a vida humano é simplesmente Isto,  
Tanto importa ser Nero, como Christo,  
Tanto val ser Abel, como Caím

II

Não, a vida não é esta poesia,  
Estas mesquinhas laboas do atalido,  
Esta morada triste e derradeira,  
Este dormir na terra agreste e ruda.

Após longa existencia passageira  
Alguns logar existe, onde a virtude  
Junto da Eterna Luz verdadeira,  
Vai desfructar preciosa juventude.

O ultimo sorriso da criança,  
O doce olhar que o maribondo lança,  
A derradeira lagrima chorada,

Fazem sentir que além da sepultura  
Nossa alma viverá, formosa e pura  
Como o diaz que douca a madrugada.

Mario Padua.

## O DIVORCIO

De uma localidade do Estado de Minas  
nos veio a seguinte carta:

"Far-me é o obsequio de responder pela  
*Imprensa* aos seguintes quaestões:

É, perante a Palavra de Deus, permitti-  
do o divorcio?

Caso seja permittido, é licito de partes di-  
vorciadas e usarem-se outra vez em matel  
unio com outras pessoas?

Com estima,

*Um constante leitor.*"

A um laconismo tal, bem podiamos res-  
ponder simplesmente com duas affirmativas  
—sim, sim; mas como nos parece que o nos-  
so interlocutor quer uma resposta funda-  
mentada, vamos satisfazelo.

Em Deuteronomio XXIV, 1, lemos:

Si um homem tomar uma mulher, e a tí-  
ver consigo, e ella não for agradável a seus  
olhos por causa de alguma fealdade: fará  
um escripto de repadio, e lho dará no mão,  
e a despedirá de sua casa.

"Moysés diz um commentador, achou en-  
tre o povo judeico grande relaxamento  
quanto ao divorcio. Os costumes existen-  
tes facilitaram sobremaneira a dissolução do  
casamento, podendo o homem por qualquer  
pretexto separar-se de uma mulher para ca-  
sarse com outra. Para difficultar e limitar  
o divorcio, Moysés exigiu que se desse sem-  
pre uma carta de repadio que designasse a  
causa da separação. Isto teve o effeito de

limitar o divorcio sob a bendita dos poderes  
escolasticos e civis, visto que nesse tempo  
as cartas, que concentravam em si estas of-  
fensas quasi os unicos que sabiam ler  
e escrever, e qualquer escriptura havia de  
ser feita por elles. Tambem esta formal-  
dade impediu o homem de separar-se de  
sua mulher por causas triviaes, e que não  
podesse justificar perante o mundo; ao  
mesmo tempo que a necessaria demora, dan-  
do occasião para mais acuta reflexão, talvez  
o livrasse de dar um passo inconside-  
rado."

Da passagem citada, vemos que o legisla-  
dor hebreu permittiu o divorcio. Mas em  
que caso?

Segundo a tradução de Figueiredo, o  
motivo para o divorcio era "alguma fealdade",  
phrasa que, segundo os entendidos, de-  
via ser traduzida "por causa de nudez", que  
é a verdadeira expressão hebraica. Combi-  
nando-se a passagem citada com o que se  
le em Lev. XIII, 17, onde Figueiredo usa  
tambem da palavra *fealdade*, claramente sa-  
bê que o verdadeiro sentido da phrase é—  
commercio illicito entre os sexos.

"No tempo de Christo, diz ainda o com-  
mentador citado, havia duas interpretações  
desta lei por dois partidos oppositos. O  
partido de Salmannai reconhecia a significa-  
ção espirital da lei e a explicava como re-  
ferindo-se só ao adulterio. O partido de  
Hillel, porém, deu-lhe só sentido material, e  
a explicava de maneira que permittisse ao  
homem divorciar-se de sua mulher, por ter  
ella sahido á rua nua vestida ou com roupa  
suja ou enfia por qualquer coisa que  
elle considerasse indecorosa ou inconveni-  
ente.

Os Phariseus em grande parte pertenciam  
a este ultimo partido e rudemente annulla-  
ram o mandamento 7.º pela interpretação  
que deram a lei do divorcio, dizendo "si  
alguem quer desquitarse de sua mulher, que  
lhe dê uma carta de repadio, indicando a  
razão porque ella não o agrada, e é quanto  
basta para elle estar inteiramente livre del-  
la e em qualificação de contrahir novo cas-  
amento."

Interpellado sobre o ponto, o Divino  
Mestre estabeleceu a verdadeira doutrina  
no caso, nas seguintes palavras:

"Tambem foi dito: Qualquer que se des